



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

MANHÃ

ANALISTA CONTÁBIL

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da redação



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **60 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta. Será atribuída nota 0 (zero) à prova discursiva escrita a lápis ou em caneta azul**
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS**Língua Portuguesa****1**

“Há certamente pessoas que duvidam que a ciência possa fazer a felicidade dos homens. E, de fato, o curso do desenvolvimento, que aparece paralelamente ao progresso científico, leva ao consumismo, à poluição, a grandes riscos ecológicos.

“Mas, a meu ver, seria necessário evitar a confusão entre ciência e desenvolvimento e dizer, ao contrário, que a ameaça vem da quantidade exagerada de ciência.

“Vamos aos fatos:

“Uma comparação objetiva do passado com os tempos modernos me parece demonstrar isso claramente: a condição humana melhorou bastante, sobretudo nos países desenvolvidos, ou seja, justamente onde se pratica a ciência. Tal melhora provém da utilização de uma infinidade de elementos de segurança e de conforto, de comunicação, de informação – os quais, deram a cada um o gosto de uma existência melhor. Esses meios de felicidade, trazidos pela ciência, sofreram desvios em seus objetivos, pois foram multiplicados de uma maneira excessiva...”. Sobre a estruturação desse texto argumentativo, é correto afirmar que:

- (A) na defesa de seu pensamento, o autor do texto apela para argumentos alheios, apoiados todos na realidade;
- (B) o consumismo e a poluição são comprovações da tese do autor, mostrando aspectos negativos do desenvolvimento científico;
- (C) o texto parte da recusa de uma tese, a de que a ciência não faz a felicidade humana;
- (D) ao dizer “Vamos aos fatos” o autor do texto encaminha a fundamentação argumentativa para as suas opiniões;
- (E) o gosto de uma existência melhor causou um enorme desequilíbrio econômico, retirando o valor positivo da ciência.

2

Numerosas situações da vida cotidiana ou profissional nos levam a contestar ou a defender um ponto de vista, logo, a produzir uma argumentação.

Todas as opções abaixo mostram sugestões de temas para textos argumentativos; a opção em que é proposta uma estruturação com base em duas teses possíveis, é:

- (A) Como será o sistema de trabalho no futuro?
- (B) Os jornais falados e escritos estão em franca disputa por leitores; qual dos dois modelos vai triunfar?
- (C) Alguns especialistas consideram que o turismo de aventura será a coqueluche do próximo século. Como você imagina esse tipo de turismo?
- (D) Os ritmos musicais estão ligados a um instrumento básico. A bossa-nova só poderia ser composta no violão, assim como a valsa só poderia ser composta a partir do piano. Você considera válido esse ponto de vista?
- (E) Como julgar as aulas pela internet? São bastante úteis, sobretudo para os que não dispõem de tempo ou, carecendo da presença física do professor, deixam sempre a desejar?

3

Observe como foi construído o humor na seguinte frase: “A maneira mais segura de você dobrar o seu dinheiro, é pegar as notas, dobrá-las e guardá-las no bolso”.

Como sabemos, o humor é construído pela quebra de uma expectativa; nesse caso, essa quebra provém:

- (A) da inutilidade de ensinar-se como dobrar o dinheiro;
- (B) do destaque dado a uma situação que é feita por todos;
- (C) dos sentidos diversos do verbo “dobrar”;
- (D) da impossibilidade de dobrar o dinheiro, pondo-o no bolso;
- (E) da proposta inviável contida na frase.

4

Em todas as opções abaixo mostra-se um substantivo, acompanhado de dois adjetivos derivados dele.

Aquela opção em que esses adjetivos possuem significados perfeitamente idênticos, é:

- (A) agricultura / atividade agrícola, atividade agrária;
- (B) poeira / local poeirento, local empoeirado;
- (C) alimento / produto alimentar, produto alimentício;
- (D) dia / trabalho diário, trabalho diurno;
- (E) luxúria / aspecto luxuriante, aspecto luxurioso.

5

Observe o texto argumentativo a seguir.

“Os dicionários, como muitos dizem, são ‘os pais dos burros’, já que todos os consultam quando desconhecem o significado de alguma palavra, mas nossos dicionários ainda têm muito o que aprender, desde a apresentação de informações mais precisas, até a inclusão da etimologia das palavras, sua datação e exemplos dos múltiplos significados indicados. Assim, eles passarão a ser ‘os pais dos inteligentes’.”

O plano de estruturação argumentativa desse texto é:

- (A) apresentação de uma tese própria, seguida de argumentos contrários à tese oposta;
- (B) apresentação de uma listagem de argumentos favoráveis a uma tese própria do argumentador, explicitada ao final;
- (C) apresentação da tese oposta, seguida de argumentos e da tese própria;
- (D) apresentação de uma listagem de argumentos favoráveis à tese oposta, sem a explicitação da tese própria;
- (E) apresentação da tese própria, seguida da tese oposta, com uma listagem de argumentos que defendem aquela.

6

Observe o texto a seguir.

“Você acha que os homens chegarão a acabar com as guerras?

É possível que os habitantes do planeta tenham sucesso na tarefa de fazer desaparecer os conflitos armados?”

No desenvolvimento textual desse fragmento, o processo empregado é o de:

- (A) reformular o enunciado;
- (B) transformar o modelo básico da frase;
- (C) acrescentar novas ideias ao já formulado;
- (D) exemplificar o que já foi expresso;
- (E) multiplicar os pontos de vista.

7

Há distintas maneiras de interrogar; a opção abaixo em que a pergunta feita (numa entrevista de emprego) exige uma resposta mais longa e mais pessoal, é:

- (A) O que o senhor sabe de nossa empresa?
- (B) Que tipo de função o senhor pretende ocupar?
- (C) O senhor sabe usar seu poder de sedução?
- (D) Em que disciplinas universitárias o senhor era melhor?
- (E) O senhor possui um relacionamento fraterno com os outros?

8

Observe o texto a seguir.

“Entrou em casa com muita pressa e a precipitação fez com que não notasse os vários vidros de remédios sobre o móvel da sala, com os nomes daqueles a quem se referiam os medicamentos. Pensou em dizer, ou melhor, escrever que passara por casa para que não estranhassem algumas coisas fora do lugar e que esse estranhamento levasse alguém a telefonar para a polícia, dado o medo que se generalizara no bairro após o crime do mês passado.”

Sobre a utilização de vocábulos nesse segmento textual, é correto afirmar que:

- (A) alguns vocábulos são empregados para dar mais precisão a termos anteriores: “Entrou em casa com muita pressa e a precipitação fez com que não notasse os vários vidros de remédios sobre o móvel da sala”;
- (B) uns vocábulos são empregados para evitar-se a repetição de vocábulos idênticos, com o emprego de um vocábulo de conteúdo geral: “...os vários vidros de remédios sobre o móvel da sala, com os nomes daqueles a quem se referiam os medicamentos.”;
- (C) outros vocábulos são empregados para dar mais precisão a um termo anterior: “Pensou em dizer, ou melhor, escrever que passara por casa para que não estranhassem algumas coisas fora do lugar...”;
- (D) certos vocábulos se ligam formalmente a termos anteriores, mas não semanticamente: “...para que não estranhassem algumas coisas fora do lugar e que esse estranhamento levasse alguém a telefonar para a polícia”;
- (E) uns vocábulos mostram a preocupação com a linguagem popular: “...para que não estranhassem algumas coisas fora do lugar”.

9

O tema de todas as introduções textuais abaixo é o analfabetismo; o tipo de introdução que está adequadamente caracterizado, é:

- (A) introdução por enumeração: A consulta a agendas, preenchimento de cheques, ler pequenos anúncios de emprego são situações cotidianas que mostram a importância de saber ler;
- (B) introdução por informação surpreendente: Para reduzir o número de analfabetos, o Exército decidiu criar um plano de estudo de leitura para os recrutados;
- (C) introdução por um relato: Para a edificação dos fiéis, e para o bem de sua alma, nós proibimos a leitura de qualquer livro, dizia o filósofo Voltaire com ironia;
- (D) introdução por divisão: Quase dois milhões de brasileiros ainda mostram dificuldades graves de leitura;
- (E) introdução por citação: O pior aspecto do analfabetismo é o chamado “analfabetismo funcional”.

10

A citação, enquadrada entre aspas, mostra sempre ao leitor que ela é a expressão de outro. O pensador alemão Walter Benjamin disse certa vez: “As citações em meu trabalho são como bandidos de beira de estrada que repentinamente surgem armados e tomam de assalto as convicções dos passantes”.

Nesse caso, as citações de Benjamin teriam a seguinte função:

- (A) elevar o nível cultural do texto produzido;
- (B) trazer ao texto um intervalo de distração;
- (C) convencer os leitores de forma definitiva;
- (D) corroborar na defesa de ideias;
- (E) servir de prova de algo que foi afirmado.

11

Em todas as frases abaixo há a supressão intencional de um ou mais vocábulos (elipse), que podem ser inferidos pelos vocábulos restantes.

A frase abaixo que se mostra completa, sem qualquer elipse, é:

- (A) Domar o tempo não é matá-lo, é vivê-lo;
- (B) Um dia, ora é mãe, ora é madrastra;
- (C) Impossível mudar o passado;
- (D) As memórias de amanhã dependem de sua atitude hoje;
- (E) A economia só resolve um problema antigo, gerando dois ou mais, novos.

12

Em todas as opções abaixo há a presença de comparações ou metáforas; o motivo de tais comparações só está adequadamente identificado em:

- (A) O prazer é o deus do mundo / o prazer estar em todos os lugares;
- (B) Sexo e morte são as molas das emoções humanas / as molas podem promover muita ou pouca propulsão;
- (C) Todo homem é um herói para alguém / que serve de apoio nos problemas;
- (D) A imaginação é a louca da casa / a imaginação vista como oposta à razão;
- (E) A fama, o crédito e a honra são como nuvens no céu / distantes do ser humano.

13

“Os Cactos da Encosta têm por desagradáveis vizinhos os Promotores da Bagunça. Os Trapezistas do Asfalto não se entendem seja com os Promotores da Bagunça, seja com os Camelôs da Praça para atenuar uma ameaça contra os Cactos da Encosta, depois, naturalmente de se aliarem com os Bitolados da Patota, ou depois de momentaneamente, por acordos secretos, terem neutralizado os Camaleões de Plantão. A situação, naturalmente, não se apresenta sempre assim de uma maneira tão simples.” (texto adaptado de Henri Michaux)

Alguns textos provocam lágrimas, outros provocam admiração ou exaltação, outros fazem rir, outros nos trazem pessimismo e assim por diante.

No caso desse pequeno texto, o que predomina é:

- (A) o tom trágico, fundamentado na crença de que as coisas são inevitáveis, como a relação problemática entre os grupos;
- (B) o tom lírico, que exalta os sentimentos íntimos comuns a todos os homens, como ocorre nesses grupos;
- (C) o tom patético, que provoca uma ternura exagerada nos leitores diante de uma triste situação, sem remédio;
- (D) o tom cômico, que se fundamenta numa quebra de expectativa, como a de se considerar simples uma situação confusa;
- (E) o tom épico, que procura valorizar ações de grupos.

14

“Todo escritor, por meio do narrador ou dos personagens, utiliza uma linguagem adaptada à situação de comunicação, ou meio social em que os fatos se inserem. Ele também é determinado pelas regras de uso na época em que escreve. Foi assim que se desenvolveu, na época clássica, a ideia de uma ‘boa linguagem’, que rejeitaria tanto os excessos dos puristas quanto a utilização de gírias e regionalismos. Hoje, a escolha entre vários registros de língua permite efeitos de humor e de ironia. É a ocasião de criar um universo original, de instaurar uma relação de cumplicidade particular com o leitor.”

Abaixo estão cinco afirmações sobre a língua; aquela que está em desacordo com o que se expressa nesse pequeno texto, é:

- (A) Alguns escritores clássicos combatiam os latinismos, que mantinham a dependência de uma língua ao latim, assim como os regionalismos, que impediam a plena comunicação no interior de um mesmo país;
- (B) Os escritores mais modernos se mostram sensíveis às particularidades das línguas em função dos diversos meios sociais que elas representam;
- (C) A literatura moderna mostra uma grande liberdade no uso da língua, incluindo marcas da língua falada e da linguagem popular;
- (D) Paralelamente, os escritores preocupados com a precisão aproveitam-se de todas as nuances da linguagem culta para a exploração do universo das ideias;
- (E) Apesar de toda a liberdade, é indispensável manter-se a ideia de que a linguagem culta, estabelecida pelo uso consciente da língua dos escritores, é o único meio de obter-se a plena realização de uma obra.

15

“Meu filho, universitário do curso de Biologia, foi obrigado a fazer um estágio em uma pequeníssima cidade do interior do Rio Grande do Sul. Hospedou-se no único hotel da cidade cuja dona lhe disse logo à chegada: – Só troco a roupa de cama uma vez a cada quinze dias! – Não quero saber de lixo nos corredores do meu hotel! Havia coisas piores: os vasos sanitários não tinham tampa, o papel higiênico eram pequenos pedaços de folhas de jornais... Apesar das dificuldades, conseguiu fazer um bom estágio numa granja do local e o gerente lhe declarou que ele se tinha mostrado um bom estudante, que poderia voltar quando quisesse, mas, Deus me livre, não era a intenção dele.”

Falando dos vários tipos de discurso, é correto afirmar que:

- (A) a frase de discurso direto “Só troco a roupa de cama uma vez a cada quinze dias” pode ser passada para discurso indireto: “Ela disse que só trocaria a roupa de cama uma vez a cada quinze dias”;
- (B) a frase de discurso direto “Não quero saber de lixo nos corredores do meu hotel” pode ser adequadamente modificada para discurso indireto do seguinte modo: “Ela disse que não queria saber de lixo nos corredores do meu hotel”;
- (C) a frase de discurso indireto “o gerente lhe declarou que se tinha mostrado um bom estudante” poderia ser colocada em discurso direto: “– Você se mostrava um bom estudante”;
- (D) a frase de discurso indireto “o gerente lhe declarou que poderia voltar quando quisesse” poderia ser colocada em discurso direto: “– Você pode voltar quando queira”;
- (E) a frase “Deus me livre” é exemplo do que se denomina discurso indireto livre.

16

A frase abaixo que exemplifica a função metalinguística da linguagem, é:

- (A) Os homens ilustres têm a terra inteira como sepultura;
- (B) Se a obra não é útil, a glória é uma estupidez;
- (C) Facilite uma boa ação, pois é o mesmo que praticá-la;
- (D) Ele é um pensador: isto é, ele sabe como tornar as coisas mais simples do que elas são;
- (E) As coisas são exatamente o que aparentam ser e atrás delas... não há nada.

17

“O ouro: nesse pequeno substantivo se acumulam muitíssimas evocações onde se misturam lenda e realidade. Nada do que se refere ao ouro nos deixa indiferentes. No curso dos séculos, construiu-se em torno desse nome um edifício prodigioso cuja fachada brilhante denuncia esplendores, mas oculta as misérias.” (PUF, 1958)

Esse fragmento exemplifica o seguinte tipo textual:

- (A) texto explicativo: procura informar e tornar mais claro um tema, com função pedagógica;
- (B) texto narrativo: relata um fato ou um acontecimento, situando-o em seu desenvolvimento no tempo e no espaço;
- (C) texto argumentativo: pretende convencer o leitor da correção de uma ideia, apoiando-se em argumentos ou exemplos;
- (D) texto descritivo: traduz um esforço de evocar uma realidade por meio de palavras;
- (E) texto injuntivo: manifesta uma intenção sobre o outro, por meio de avisos, conselhos, proibições etc.

18

Todos os segmentos textuais abaixo são exemplos de textos narrativos, que podem mostrar, entre outras, uma focalização onisciente dos fatos, ou seja, em que o narrador mostra um conhecimento completo de todos os elementos romanescos: tempo, espaço e personagens.

Esse tipo de focalização está apresentado em:

- (A) Meus pensamentos vagaram toda a noite por projetos a serem realizados e, quando despertei, procurei anotar alguns detalhes importantes;
- (B) A raposa olhou as uvas lá no alto e, sabendo que não iria alcançá-las, desistiu do seu projeto, alegando que estavam verdes, mantendo, assim, o orgulho;
- (C) O homem aproximou-se do portão da casa e talvez, desejoso de ver a sua amada, apertou o botão da campainha...;
- (D) Estacionei o carro na esquina, deixei rapidamente o local e meia hora depois a explosão acordou todo o quarteirão;
- (E) Ele não sabia por que estava ali, parado, nem mesmo eu, o narrador desta história, tenho esse conhecimento.

19

Em todas as opções abaixo há diferentes tipos de raciocínio; o texto que exemplifica o tipo de raciocínio por analogia, é:

- (A) No governo republicano, é da natureza da constituição que os juízes devem seguir a letra da lei;
- (B) Se as eleições indicam um vencedor, é natural que as pessoas passem a atribuir a esse vencedor responsabilidades pelos sonhos que almejam;
- (C) Os animais não possuem as vantagens que temos, mas possuem outras: eles não têm nossas esperanças, mas não possuem nossos temores; eles sofrem, como nós, a morte, mas sem a conhecer;
- (D) Nos estados tirânicos, a natureza do governo requer uma obediência extrema; e, uma vez conhecida a vontade do líder, ela deve provocar efeito infalível, como o de uma bola que se choca contra a outra;
- (E) Não há liberdade se o poder de julgar não está separado do poder legislativo e executivo. Se ele estivesse unido ao poder legislativo, o poder sobre a vida dos cidadãos seria arbitrário porque o juiz seria legislador.

20

Todas as frases abaixo expressam uma opinião; aquela que expressa uma opinião alheia de forma neutra, é:

- (A) Como dizem os agricultores, nem todo dia de sol é bom de plantar ou de colher;
- (B) Considero execrável o pensamento egoísta de pagarmos o mínimo possível a quem trabalha;
- (C) Considero que esse novo programa agrícola vai atingir um sucesso imenso, principalmente por sua criatividade;
- (D) Dizem que a distância traz o esquecimento, mas eu não apoio esse raciocínio;
- (E) Alguém imaginaria que o atual progresso científico iria trazer essa tragédia para a vida na Terra?

Noções de Direito Constitucional e Administrativo

21

Mara nasceu no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade russa, aqui estavam a serviço de uma empresa privada em atuação na área de cosméticos. Dois anos após o seu nascimento, Mara retornou para a Rússia juntamente com os seus pais. Ao completar 21 anos, foi acusada de um crime contra a vida na Rússia, o que a levou a fugir para o Brasil. Ato contínuo, o governo russo requereu a sua extradição.

Nesse caso, é correto afirmar que Mara é:

- (A) estrangeira, logo, pode ser extraditada pelo governo brasileiro;
- (B) brasileira nata, não podendo ser extraditada, em hipótese alguma, pelo governo brasileiro;
- (C) brasileira nata, mas, considerando a natureza do crime praticado, pode ser extraditada pelo governo brasileiro;
- (D) estrangeira, salvo, apenas, se tiver sido registrada em repartição brasileira enquanto estava no Brasil, o que impedirá, neste último caso, a sua extradição;
- (E) estrangeira, salvo se tiver retornado ao território brasileiro após completar 18 anos e tiver optado pela nacionalidade brasileira, o que impedirá, neste último caso, a sua extradição.

22

O Estado Alfa, a partir de uma união de esforços dos setores público e privado, logrou êxito em instalar um grande polo industrial em seu território. A medida era particularmente necessária em razão do elevado nível de desemprego, sensivelmente superior àquele verificado nos demais Estados da federação. Ocorre que, mesmo após o início da plena operação das indústrias que ali se instalaram, o nível de desemprego não foi reduzido, já que os postos de trabalho estavam sendo preenchidos com pessoas oriundas de outras regiões do país, que migraram para esse local. Para obstar a sedimentação desse quadro, o Estado Alfa aprovou a Lei nº X, segundo a qual as indústrias situadas no referido polo somente poderiam contratar trabalhadores brasileiros que fossem naturais de outros Estados caso nenhum trabalhador natural de Alfa se apresentasse por ocasião da divulgação da vaga existente.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, sob a perspectiva do conteúdo veiculado, que a Lei nº X é:

- (A) constitucional, pois é dever do Estado Alfa conferir posições preferentes àqueles que sejam naturais do seu território;
- (B) inconstitucional, pois é vedado ao Estado Alfa conferir posição preferente aos brasileiros nascidos em seu território;
- (C) constitucional, pois o Estado Alfa tem a faculdade de conferir posições preferentes àqueles que sejam naturais do seu território;
- (D) inconstitucional, salvo se a medida for proporcional, considerando o nível de desemprego verificado nas demais regiões do país;
- (E) inconstitucional, salvo se a União tiver editado lei complementar autorizando que os demais entes federativos adotem esse critério de preferência.

23

Ana assumiu um emprego público, organizado em carreira, na empresa pública municipal Alfa. Essa empresa, que exercia atividade de caráter privado e estava vinculada ao Poder Executivo do Município Beta, somente recebia recursos desse ente federativo para a realização de despesas de capital, mais especificamente de investimentos.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que:

- (A) a remuneração de Ana está sujeita ao teto remuneratório constitucional;
- (B) a remuneração de Ana não está sujeita ao teto remuneratório constitucional;
- (C) Ana deve ser remunerada por subsídio e o respectivo valor está sujeito ao teto remuneratório constitucional;
- (D) a sujeição da remuneração de Ana ao teto remuneratório constitucional ocorrerá caso a lei que a fixou tenha disposto nesse sentido;
- (E) o teto remuneratório constitucional não é aplicado a empresas públicas e sociedades de economia mista, que estão sujeitas ao regime de direito privado.

24

Após regular investigação, a Polícia Civil do Estado Alfa colheu indícios de autoria, que foi atribuída a João, e prova da materialidade de determinado crime cuja persecução penal somente se iniciava mediante ação penal pública.

Nesse caso, considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) o ajuizamento da ação é de iniciativa privativa do Ministério Público, qualquer que seja a pena cominada;
- (B) em se tratando de infração penal cuja pena cominada seja inferior a cinco anos de reclusão, a ação penal é iniciada pelo juiz de Direito;
- (C) em se tratando de infração penal cuja pena cominada seja inferior a dez anos de reclusão, a ação penal é iniciada pela autoridade policial;
- (D) o procurador-geral de Justiça do Estado Alfa, caso acolha os termos da investigação, ajuizará a ação penal, indicando o membro da instituição que praticará os demais atos;
- (E) o processo penal em desfavor de João se inicia com o recebimento da investigação pelo Poder Judiciário, cabendo ao Ministério Público conduzir a acusação a partir de então.

25

Maria, estudiosa do direito constitucional, constatou que a Constituição do País Alfa foi elaborada e publicada pelo ditador que ali detinha o controle do poder político, isto sem qualquer participação popular. Além disso, o objetivo dessa Constituição era tão somente o de formalizar, no plano normativo, o poder exercido pelo referido ditador, sendo moldada por ele conforme a sua conveniência.

Essa Constituição é classificada como:

- (A) cesarista e nominal;
- (B) outorgada e semântica;
- (C) autocrática e normativa;
- (D) estatal e pós-positivista;
- (E) promulgada e compromissória.

26

Fabiana é servidora do Município Dabliw e residia muito próximo de seu local de trabalho. Inconformada com o fato de ter sido removida para local bastante distante de sua moradia, por motivo de interesse público, sem que o ato que determinou a sua remoção tenha sido motivado, Fabiana impugnou a sua validade.

A análise do caso revela que a remoção em questão decorreu de critérios objetivos, proporcionais e pautados em lei, condizentes com a necessidade de alocação dos servidores do Município, que realmente não foram explicitados quando da edição do ato.

Considerando o exposto, é correto concluir que a remoção:

- (A) possui vício no motivo, que pode ser sanado;
- (B) está eivada de vício de finalidade, que não é passível de sanatória;
- (C) possui vício na motivação, passível de sanatória, por afetar o elemento forma;
- (D) possui vício de motivação, que contamina o motivo subjacente, a impedir a sanatória;
- (E) não possui vício, na medida em que a motivação não é necessária.

27

O poder de polícia é uma prerrogativa instrumental, autorizando a criação de restrições e condicionantes a direitos e liberdades, em prol da satisfação do interesse público primário.

Sobre o poder de polícia e considerando o ciclo de polícia, é correto afirmar, em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que o poder de polícia:

- (A) pode ser exercido por pessoas jurídicas de direito público e por pessoas jurídicas de direito privado, desde que, no último caso, as entidades preencham cinco requisitos, quais sejam, tenham autorização por lei ou por decreto, integrem a Administração indireta, disponham de capital social majoritariamente público, atuem no mercado concorrencial e prestem serviço público de atuação própria do Estado;
- (B) pode ser exercido por pessoas jurídicas de direito público e por pessoas jurídicas de direito privado, observados os requisitos fixados pelo Supremo Tribunal Federal. Dentre as fases do ciclo de polícia existentes, as pessoas jurídicas de direito privado poderão exercer o consentimento, a fiscalização de polícia e a sanção de polícia, mas não a ordem de polícia;
- (C) pode ser exercido por pessoas jurídicas de direito público e por pessoas jurídicas de direito privado, observados os requisitos fixados pelo Supremo Tribunal Federal. Dentre as fases do ciclo de polícia existentes, as pessoas jurídicas de direito privado poderão exercer o consentimento e a fiscalização de polícia, mas não a ordem de polícia e a sanção de polícia;
- (D) pode ser exercido por pessoas jurídicas de direito público e por pessoas jurídicas de direito privado, desde que, no último caso, as entidades preencham dois requisitos, quais sejam, não disponham de finalidade lucrativa e atuem na consecução de atividades de interesse social;
- (E) por envolver o poder de império do Estado – atividade tipicamente estatal – somente pode ser exercido por pessoas jurídicas de direito público.

28

Guilherme, tabelião, ao exercer as suas atividades no Cartório de que é titular, acaba, culposamente, violando o dever objetivo de cuidado que lhe era exigível, gerando prejuízos financeiros a Sophia.

Nesse cenário, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que Sophia deverá ingressar com ação indenizatória em face:

- (A) do responsável pela conduta ilícita. Subsidiariamente, caso este não tenha patrimônio disponível, poderá litigar em face do Estado, considerando que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, na forma da Constituição da República de 1988;
- (B) do Estado, que responderá objetivamente pelos danos suportados pela particular. Em caso de condenação, o Estado terá assegurado o dever de regresso em face do responsável pela conduta ilícita, sob pena de caracterização de improbidade administrativa;
- (C) do Estado, desde que comprove a omissão deste no dever de fiscalização dos Cartórios extrajudiciais, considerando que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, na forma da Constituição da República de 1988;
- (D) do responsável pela conduta ilícita, não podendo demandar em face do Estado, considerando que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, na forma da Constituição da República de 1988;
- (E) do Estado, que responderá objetivamente pelos danos suportados pela particular. Em caso de condenação, o Estado terá assegurado o direito de regresso em face do responsável pela conduta ilícita.

29

A Emenda Constitucional nº 19/1998, ao incluir, no bojo do Art. 37, *caput*, da Constituição da República de 1988, o princípio da eficiência, buscou afastar-se de um modelo de Administração Pública burocrática, deflagrando-se o que se denomina Administração Pública gerencial. Como se sabe, a organização administrativa é essencial para que os resultados almejados pelo gestor sejam alcançados em tempo razoável.

Nesse cenário, considerando a organização administrativa, é correto afirmar que:

- (A) por meio da desconcentração administrativa, o Estado procede à criação de órgãos públicos – centros de competência dotados de maior ou menor autonomia –, que não possuem personalidade jurídica própria. Por conseguinte, os atos perpetrados pelos órgãos públicos são imputados à pessoa jurídica que integram, considerado o princípio da imputação volitiva. Nada impede, ainda, que o Estado, no âmbito da organização administrativa, engendre pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, as quais, uma vez criadas, integrarão a Administração Pública indireta, por força da descentralização administrativa por serviços. O Estado pode, ainda, delegar atividades à iniciativa privada, o que não entra no espectro da organização administrativa, porquanto as atividades não serão prestadas, diretamente, pelo ente público;
- (B) por meio da desconcentração administrativa, o Estado procede à criação de órgãos públicos – centros de competência dotados de maior ou menor autonomia –, que não possuem personalidade jurídica própria. Por conseguinte, os atos perpetrados pelos órgãos públicos são imputados à pessoa jurídica que integram, considerado o princípio da imputação volitiva. Nada impede, ainda, que o Estado, no âmbito da organização administrativa, engendre pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, as quais, uma vez criadas, integrarão a Administração Pública indireta, por força da descentralização administrativa por serviços. O Estado pode, ainda, fazer jus à técnica da descentralização administrativa por colaboração, com a delegação de atividades à iniciativa privada;
- (C) por meio da desconcentração administrativa, o Estado procede à criação de órgãos públicos – centros de competência dotados de maior ou menor autonomia –, que possuem personalidade jurídica própria. Por conseguinte, os atos perpetrados pelos órgãos públicos são imputados aos próprios, considerado o princípio da imputação volitiva. Nada impede, ainda, que o Estado, no âmbito da organização administrativa, engendre pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, as quais, uma vez criadas, integrarão a Administração Pública indireta, por força da descentralização administrativa por colaboração. O Estado pode, ainda, fazer jus à técnica da descentralização administrativa por serviços, com a delegação de atividades à iniciativa privada;
- (D) por meio da desconcentração administrativa, o Estado procede à criação de órgãos públicos – centros de competência dotados de maior ou menor autonomia –, que possuem personalidade jurídica própria. Por conseguinte, os atos perpetrados pelos órgãos públicos são imputados aos próprios, considerado o princípio da imputação volitiva. Nada impede, ainda, que o Estado, no âmbito da organização administrativa, engendre pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, as quais, uma vez criadas, integrarão a Administração Pública indireta, por força da descentralização administrativa por serviços. O Estado pode, ainda, fazer jus à técnica da descentralização administrativa por colaboração, com a delegação de atividades à iniciativa privada;

(E) por meio da descentralização administrativa, o Estado procede à criação de órgãos públicos – centros de competência dotados de maior ou menor autonomia –, que não possuem personalidade jurídica própria. Por conseguinte, os atos perpetrados pelos órgãos públicos são imputados à pessoa jurídica que integram, considerado o princípio da imputação volitiva. Nada impede, ainda, que o Estado, no âmbito da organização administrativa, engendre pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, as quais, uma vez criadas, integrarão a Administração Pública indireta ou delegue atividades à iniciativa privada, com fulcro na desconcentração administrativa.

30

1º cenário: Guilherme, professor de educação física, verificando o grande interesse dos alunos pelo *beach tennis*, obteve, por meio de um ato administrativo, a concordância da Administração Pública para utilizar, de forma privativa, uma faixa de areia na praia de Camboinhas, em Niterói, justamente para lecionar o esporte aos interessados. Quatro meses após os fatos, é editada uma legislação, proscrevendo a utilização privativa de faixas de areias nas praias.

2º cenário: a sociedade empresária Roger e Pipa Materiais de Construção Ltda. celebrou um contrato administrativo com o Município de Niterói. No curso da avença, a contratada descumpriu os termos contratuais de forma grave.

Nos cenários delimitados, é correto afirmar que a extinção do ato administrativo e a extinção do contrato administrativo dar-se-ão, respectivamente, por intermédio dos seguintes institutos jurídicos:

- (A) revogação do ato administrativo e rescisão do contrato administrativo;
- (B) caducidade do ato administrativo e caducidade do contrato administrativo;
- (C) anulação do ato administrativo e caducidade do contrato administrativo;
- (D) caducidade do ato administrativo e rescisão do contrato administrativo;
- (E) rescisão do ato administrativo e rescisão do contrato administrativo.

Legislação Específica

31

XX, vereador da Câmara Municipal de Niterói, em um debate realizado em determinada comissão legislativa permanente, teria afirmado que as espécies legislativas resolução e decreto legislativo apresentam entre si uma relação de fungibilidade no processo legislativo municipal.

ZZ, também vereador, após realizar alentada análise na Lei Orgânica do Município de Niterói (LOMN), concluiu, corretamente, que a conclusão de XX está:

- (A) certa, desde que o regimento interno da Câmara Municipal de Niterói tenha reconhecido a fungibilidade, considerando a omissão da LOMN;
- (B) certa, considerando que a LOMN dispõe expressamente que as referidas espécies legislativas podem ser utilizadas indistintamente nas situações indicadas;
- (C) errada, pois as resoluções devem dispor sobre matérias de competência da Câmara Municipal, enquanto órgão colegiado, e os decretos legislativos, sobre matérias de competência privativa do presidente da Casa Legislativa;
- (D) errada, pois os decretos legislativos devem dispor sobre matérias de interesse interno ou de competência legal exclusiva da Câmara, enquanto as resoluções, sobre atos e procedimentos do Poder Executivo sujeitos à autorização ou passíveis de posicionamento do Legislativo;
- (E) errada, pois as resoluções devem dispor sobre matérias de interesse interno ou de competência legal exclusiva da Câmara, enquanto os decretos legislativos, sobre atos e procedimentos do Poder Executivo sujeitos à autorização ou passíveis de posicionamento do Legislativo.

32

Pedro, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública direta do Município de Niterói, em razão de negligência na sua atuação funcional, causou prejuízos à Fazenda Municipal, o que foi devidamente apurado em processo administrativo, com observância de todas as garantias processuais.

À luz da Lei nº 531/1985, do Município de Niterói, é correto afirmar, em relação à indenização dos prejuízos causados por Pedro, que:

- (A) pode ser paga, na falta de outros bens que respondam pela indenização, mediante desconto no vencimento ou remuneração, vedado o parcelamento, em razão das circunstâncias afetas à conduta de Pedro;
- (B) pode ser paga, na falta de outros bens que respondam pela indenização, mediante descontos em prestações mensais não excedentes à décima parte do vencimento ou remuneração;
- (C) deve ser proposta ação judicial, para que seja reconhecido o dever de indenizar, com ulterior liquidação e execução do valor devido, vedada a inscrição em dívida ativa;
- (D) deve ser paga, mediante descontos em prestações mensais não excedentes à vigésima parte do vencimento ou da remuneração;
- (E) a quantia devida deve ser inscrita em dívida ativa e cobrada judicialmente.

33

João, Maria e Joana, estudiosos dos instrumentos de política urbana utilizados no âmbito do Município de Niterói, travaram intenso debate a respeito da natureza e da funcionalidade da denominada “concessão urbanística”. João defendia tratar-se de um instrumento indutor da função social da propriedade urbana. Maria defendia que se tratava de ajuste administrativo, cuja celebração deve ser antecedida de autorização específica do prefeito municipal. Joana, por sua vez, sustentava que o seu objetivo é o de implantar projeto de intervenção urbana elaborado pelo poder público, consideradas as diretrizes do Plano Diretor.

Considerando a sistemática estabelecida pela Lei nº 3.385/2019, do Município de Niterói, é correto afirmar, em relação às afirmações de João, Maria e Joana, que:

- (A) apenas as afirmações de João e Maria estão certas;
- (B) apenas as afirmações de João e Joana estão certas;
- (C) apenas a afirmação de Joana está certa;
- (D) apenas a afirmação de Maria está certa;
- (E) todas as afirmações estão certas.

34

A sociedade empresária Alfa, sujeito passivo do imposto sobre serviços (ISS), formulou consulta, ao órgão competente do Poder Executivo de Niterói, a respeito de alguns aspectos afetos ao fato gerador do referido imposto.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 3.368/2018, do Município de Niterói, o ato praticado por Alfa produz, como efeito, a:

- (A) impossibilidade de se instaurar procedimento fiscal, em desfavor de Alfa, em relação à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta até o trigésimo dia subsequente à data da ciência da decisão que lhe der solução definitiva;
- (B) suspensão do prazo para o recolhimento do ISS, em momento posterior à apresentação da consulta, até o trigésimo dia subsequente à data da ciência da decisão que lhe der solução definitiva;
- (C) suspensão da exigibilidade do crédito tributário, relativo ao ISS eventualmente devido por Alfa, e, por imperativo de isonomia, pelas demais sociedades empresárias que estejam na mesma situação;
- (D) desistência automática de qualquer processo judicial eventualmente iniciado por Alfa, que tenha por objeto os mesmos aspectos discutidos na consulta;
- (E) não incidência de encargos moratórios sobre o imposto devido, em razão da consulta formulada em momento anterior ou posterior ao vencimento do débito.

35

André, morador de Niterói, almejava atuar em uma feira livre existente no referido Município. Ao questionar um amigo a respeito dos requisitos a serem preenchidos para que isso fosse possível, foi-lhe informado que: (1) somente pessoas jurídicas podem comerciar nas feiras livres; (2) para comerciar nas feiras livres são necessárias a matrícula na Secretaria Municipal de Fazenda e a autorização desse órgão; (3) a matrícula e a autorização são concedidas a título precário; e (4) pode ser cancelada a matrícula do feirante reincidente no descumprimento de suas obrigações fiscais.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 2.624/2008, do Município de Niterói, é correto afirmar, em relação às informações do amigo de André, que:

- (A) apenas as informações 1 e 4 estão certas;
- (B) apenas as informações 2 e 3 estão certas;
- (C) apenas as informações 1, 2 e 4 estão certas;
- (D) apenas as informações 2, 3 e 4 estão certas;
- (E) todas as informações estão certas.

36

A indústria química Alfa pretendia realizar, dentro do Município de Niterói, o transporte de uma carga constituída por substância potencialmente nociva ao meio ambiente. Por tal razão, a diretoria de Alfa solicitou que sua assessoria jurídica se manifestasse a respeito da necessidade, ou não, à luz do Código Ambiental do Município de Niterói, de alguma autorização específica, para que esse transporte seja realizado.

O advogado respondeu, corretamente, que:

- (A) por se tratar de exercício de atividade econômica, não é exigida qualquer autorização;
- (B) somente é exigido que os veículos e os procedimentos de transporte sigam as normas pertinentes da ABNT, não se exigindo qualquer autorização específica;
- (C) é exigido que os veículos e os procedimentos de transporte sigam as normas pertinentes da ABNT, e que haja autorização, prévia e expressa, do Corpo de Bombeiros e da Secretaria Municipal de Urbanismo e Controle;
- (D) é exigido, em se tratando de substância classificada nos níveis 2 e 3 de potencial lesividade, que haja autorização do prefeito municipal, e, caso seja classificada no nível 1, a autorização deve ser concedida pelo secretário municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- (E) somente é exigido que os veículos e os procedimentos de transporte sigam as normas pertinentes da ABNT, bem como que as medidas de segurança que se fizerem necessárias sejam previamente registradas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

37

João, morador de Niterói, com 61 anos de idade, em conversa informal com um vizinho, foi informado de que teria direito à isenção do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, caso preenchesse os seguintes requisitos: (1) ter renda mensal total de até cinco salários mínimos; (2) ser titular de um único imóvel utilizado para sua residência; (3) que esse imóvel tenha o valor venal equivalente a, no máximo, o valor da referência IS constante em anexo ao Código Tributário do Município de Niterói; e (4) não ter realizado operação de compra e venda de imóvel nos últimos cinco anos.

Em relação às informações fornecidas pelo vizinho de João, considerando os balizamentos oferecidos pelo Código Tributário do Município de Niterói, é correto afirmar que:

- (A) apenas as informações 1 e 2 estão certas;
- (B) apenas as informações 1 e 4 estão certas;
- (C) apenas as informações 2 e 3 estão certas;
- (D) apenas as informações 2, 3 e 4 estão certas;
- (E) todas as informações estão certas.

38

O órgão responsável pela cobrança de crédito não tributário do Município de Niterói apresentou proposta de transação individual ao respectivo devedor, proposta esta que, caso aceita e cumprida, acarretaria a extinção do referido crédito.

Considerando a sistemática estabelecida na Lei nº 3.605/2021, do Município de Niterói, é correto afirmar que a apresentação da referida proposta de transação:

- (A) suspende a tramitação da execução fiscal, mas não a exigibilidade do crédito a que se refere;
- (B) suspende a exigibilidade do crédito a que se refere, mas não a tramitação da execução fiscal;
- (C) não suspende a exigibilidade do crédito a que se refere nem a tramitação da execução fiscal;
- (D) suspende a exigibilidade do crédito a que se refere e a tramitação da execução fiscal;
- (E) acarreta a imediata suspensão do processo judicial no qual o crédito seja discutido.

39

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo do Município de Niterói, que contava com 30 anos de idade e com cinco anos de tempo de serviço computável para fins de aposentadoria, foi aposentada por incapacidade permanente para o trabalho. Poucos anos depois, em uma das avaliações periódicas a que foi submetida, foi constatado que não mais estavam presentes as condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, concluindo-se que ela estava apta ao exercício das funções inerentes ao seu cargo de origem, o que foi confirmado em inspeção médica.

Nesse caso, à luz da Lei nº 531/1985, do Município de Niterói, é correto afirmar que:

- (A) Joana deve ter cassada a sua aposentadoria, permanecendo afastada do serviço público, já que o vínculo cessara em momento anterior;
- (B) deve ocorrer a readaptação de Joana, de modo que possa voltar a atuar no âmbito do serviço público municipal;
- (C) deve ocorrer o aproveitamento de Joana no serviço público municipal;
- (D) deve ocorrer a reversão de Joana ao serviço público municipal;
- (E) deve ocorrer a reintegração de Joana no serviço público municipal.

40

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Niterói recebeu reclamação de João, informando que um estabelecimento comercial situado na região, diariamente, entre 15h e 17h, produzia intensa poluição sonora, superando os limites estabelecidos no Código Ambiental do Município de Niterói. Com isso, vinha sendo comprometido o sossego no interior da residência de João, situada em prédio diverso.

Considerando os termos dessa narrativa, a autoridade competente deve determinar:

- (A) o arquivamento da reclamação, considerando o horário em que a alegada poluição sonora é praticada;
- (B) a medição sonora, que deve ser efetuada nas condições e nos locais indicados por João, observadas as exigências técnicas da legislação vigente;
- (C) a medição sonora, a ser efetuada de modo a identificar se há efetiva afronta a interesses difusos e coletivos, não havendo vinculação às indicações do reclamante;
- (D) a ponderação dos interesses econômicos e culturais envolvidos com o interesse ao sossego de João, identificando os bens prevalecentes no caso concreto;
- (E) a medição sonora, considerando o maior valor medido, pois a fonte produtora da poluição sonora e a propriedade onde se dá o suposto incômodo estão localizadas em diferentes áreas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

A perda por desvalorização (*impairment*) de um ativo gerado a partir de uma combinação de negócios deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos.

Uma dessas regras diz respeito à perda por *impairment* e estabelece que:

- (A) quando o seu valor recuperável excede seu valor contábil, a perda por *impairment* deve ser alocada ao ativo e reconhecida a perda no resultado;
- (B) quando calculado o valor em uso para teste de *impairment*, as projeções de saídas de caixa devem incluir itens de melhoria ou aprimoramento do ativo testado;
- (C) se não for praticável estimar o valor recuperável para cada ativo individualmente de uma unidade geradora de caixa, nenhuma ação é requerida para reconhecer a perda por desvalorização entre os ativos da unidade;
- (D) se parte do ativo por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) alocado a uma unidade geradora de caixa decorre de combinação de negócios ocorrida durante o período anual corrente, essa unidade deve ser testada depois do fim do período anual corrente;
- (E) se um ativo dentro da unidade geradora de caixa indicar redução ao valor recuperável, a entidade deve testar primeiramente o ativo para *impairment* e reconhecer qualquer desvalorização para aquele ativo, antes de realizar o teste na unidade geradora de caixa que contém o ativo.

42

Os relatórios de responsabilidade corporativa, lentamente, difundiram-se no cenário do setor privado. Inicialmente, as empresas divulgavam questões ambientais. Contudo, diante de diversas críticas, surgiram algumas iniciativas com o intuito de auxiliar as organizações na apresentação de informações financeiras e não financeiras de forma integrada. Nesse sentido, destaca-se a criação do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), que desenvolveu a estrutura do Relato Integrado. Não obstante, o Tribunal de Contas da União (TCU) possui uma cartilha sobre o relatório de gestão na forma de relato integrado. Dessa forma, o principal objetivo do Relato Integrado é:

- (A) explicar aos provedores de capital financeiro como a organização gera valor ao longo do tempo;
- (B) auxiliar os responsáveis pela elaboração dos relatórios a desenvolver políticas contábeis consistentes;
- (C) prestar serviços à sociedade e fornecer informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e a responsabilização (*accountability*);
- (D) apresentar o valor de mercado da entidade para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais;
- (E) fornecer informações sobre a posição financeira da entidade, as quais consistem em informações sobre os recursos econômicos da entidade e as reivindicações contra ela.

43

Uma empresa apresentou as seguintes informações quanto a diversos processos trabalhistas similares, mas com riscos e mensurações distintos.

Tipo de risco e mensuração	R\$
Risco possível e confiabilidade da mensuração	100.000,00
Risco provável e incerteza na confiabilidade da mensuração	300.000,00
Risco remoto e incerteza na confiabilidade da mensuração	50.000,00
Risco provável e confiabilidade da mensuração	28.000,00
Risco possível e incerteza na confiabilidade da mensuração	200.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas, a empresa é requerida a divulgar em notas explicativas uma breve descrição da natureza, as incertezas sobre o valor e um montante total de:

- (A) R\$ 178.000,00;
- (B) R\$ 350.000,00;
- (C) R\$ 378.000,00;
- (D) R\$ 628.000,00;
- (E) R\$ 650.000,00.

44

Na perspectiva da convergência aos padrões internacionais de contabilidade, o CPC 06 (R2) traz alterações na estrutura de apresentação das demonstrações contábeis.

Em se tratando dos efeitos no Balanço Patrimonial, a norma estabelece que:

- (A) o ativo de direito de uso deve ser mensurado inicialmente ao valor justo;
- (B) o passivo de arrendamento deve ser mensurado, inicialmente, pelo custo;
- (C) para o arrendatário, há um modelo simétrico, ou seja, arrendamentos operacionais e financeiros possuem o mesmo tratamento contábil;
- (D) arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos que, na data de início, possuem prazo igual ou inferior a 24 meses possuem isenção de reconhecimento;
- (E) para o arrendador, há um modelo simétrico, ou seja, arrendamentos operacionais e financeiros possuem o mesmo tratamento contábil.

45

Uma empresa do setor de varejo (supermercado) possui um programa de fidelidade com diversos benefícios, contudo, os clientes precisam pagar uma anuidade de associado para fazerem jus aos benefícios. Nesse contexto, um cliente pagou, à vista, uma anuidade de R\$ 24,00, comprou um aspirador de pó por R\$ 200,00 e a garantia estendida por R\$ 20,00 e quatro pneus novos, à vista, por R\$ 2.440,00. A compra dos pneus inclui instalação por um técnico do supermercado e, ainda, serviços de alinhamento e balanceamento pelos três anos seguintes.

Considerando-se somente as informações apresentadas, a empresa deve:

- (A) reconhecer a anuidade como um recebível, pois há um direito incondicional do cliente perante a empresa;
- (B) alocar o preço da venda dos pneus a cada obrigação (instalação, alinhamento e balanceamento) e pelo valor que reflita o valor da contraprestação;
- (C) contabilizar a garantia estendida como obrigação de performance em conjunto com o aspirador de pó;
- (D) aplicar o ajuste a valor presente dos fluxos de caixa esperados aos pneus e à anuidade;
- (E) reconhecer o conjunto de vendas (anuidade, aspirador de pó, garantia e pneus) como receita das mercadorias vendidas.

46

Um segmento operacional (negócio) de uma empresa foi colocado à venda. O processo começou há um ano e meio, quando os ativos foram classificados como ativo não circulante mantido para venda, contudo, o processo ainda não acabou, pois a causa principal envolveu um fato fora do controle da entidade. Porém, a empresa continua comprometida com o seu plano de venda do negócio.

Nesse caso, o CPC 31 estabelece que:

- (A) devem-se remover os ativos da classificação de não circulante mantido para venda, pois o processo ultrapassou um ano a partir da data da classificação;
- (B) devem-se mensurar as despesas de venda pelo valor presente, e qualquer aumento no valor presente das despesas de venda que resulte da passagem do tempo deve ser apresentado nos resultados como despesa operacional;
- (C) deve-se mensurar o ativo não circulante mantido para distribuição aos sócios pelo maior valor entre seu valor contábil e seu valor justo diminuído das despesas de distribuição;
- (D) pode-se estender o período de conclusão da venda para além de um ano e manter a classificação como ativo não circulante mantido para venda;
- (E) deve-se depreciar o ativo não circulante classificado como mantido para venda.

47

Uma empresa do ramo de shopping centers pode definir sua política contábil em relação à mensuração subsequente das suas propriedades para investimento. O CPC 28 permite que a entidade possa escolher o método do valor justo ou o método de custo.

Nesse sentido, a partir da perspectiva da análise das demonstrações contábeis, a escolha de uma opção em que o valor dos ativos seja atualizado em vista de valorização imobiliária afetará:

- (A) a liquidez geral;
- (B) os índices de imobilização;
- (C) a composição do endividamento;
- (D) os índices de atividade;
- (E) o ciclo operacional.

48

Nas entidades públicas, a manutenção de ativos e passivos tem objetivos e algumas características diversas em relação a entidades privadas com fins lucrativos.

No contexto do passivo como elemento patrimonial, à luz da Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, é correto afirmar que:

- (A) a principal razão de se manterem passivos nas entidades públicas se relaciona ao potencial de seus serviços;
- (B) os passivos das entidades públicas devem ter prazos circunscritos aos períodos dos mandados;
- (C) passivos devem ser reconhecidos somente em transações com contraprestação;
- (D) passivos podem ser oriundos do papel governamental de credor;
- (E) todos os compromissos decorrentes dos programas do setor público devem ser reconhecidos como passivo.

49

Um analista de uma agência financeira estava fazendo uma análise de uma entidade governamental e precisava de informações que subsidiassem uma avaliação sobre a conformidade da entidade com o que foi definido pelos responsáveis pela gestão financeira.

A Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público dispõe que essas informações, em geral, podem ser encontradas nas demonstrações contábeis e se referem a:

- (A) controle dos atos do governo;
- (B) desempenho do governo;
- (C) execução orçamentária do governo;
- (D) fluxos de caixa do governo;
- (E) situação patrimonial do governo.

Quadro I

Considere os dados a seguir, relativos a saldos apurados de acordo com as definições do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e da estrutura das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público previstas no MCASP, ao final de um dado exercício. Os valores estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valor
Receita de Serviços	R\$ 13,00
Receita Patrimonial	R\$ 57,00
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 63,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 68,00
Remuneração das Disponibilidades	R\$ 69,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	R\$ 150,00
Estoques	R\$ 165,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ 179,00
Provisões de Curto Prazo	R\$ 223,00
Receita de Contribuições	R\$ 228,00
Créditos a Curto Prazo	R\$ 339,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 401,00
Investimentos	R\$ 694,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$ 862,00
Receita Tributária	R\$ 1.155,00
Resultados Acumulados	R\$ 1.397,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 2.076,00
Ativo Financeiro	R\$ 2.965,00
Pessoal e Demais Despesas	R\$ 3.153,00
Outros Desembolsos Operacionais	R\$ 3.754,00
Transferências Recebidas	R\$ 6.501,00

50

Considerando exclusivamente os dados apresentados no Quadro I e a estrutura do quadro principal do Balanço Patrimonial no MCASP, o valor do ativo circulante, ao final do referido exercício, representa:

- (A) R\$ 3.442,00;
- (B) R\$ 3.592,00;
- (C) R\$ 3.729,00;
- (D) R\$ 4.286,00;
- (E) R\$ 6.557,00.

51

Utilizando os dados do Quadro I e a estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentada no MCASP, pode-se apurar que o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais no referido exercício foi de:

- (A) R\$ 652,00;
- (B) R\$ 720,00;
- (C) R\$ 984,00;
- (D) R\$ 1.053,00;
- (E) R\$ 1.232,00.

52

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estrutura as informações contábeis em naturezas distintas, que são base para a elaboração das demonstrações contábeis e outros documentos para fins de controle e prestação de contas.

Ao lidar com a aplicação do PCASP sob a perspectiva da natureza das informações contábeis, um analista deverá considerar que a natureza de informação de controle:

- (A) controla os registros de inscrição e execução de restos a pagar;
- (B) fornece as bases principais para as prestações de contas aos órgãos de controle;
- (C) processa e evidencia informações relativas a variações qualitativas sem impacto no resultado patrimonial;
- (D) registra atos potenciais circunscritos à execução orçamentária do exercício;
- (E) tem foco nos atos de gestão cujos efeitos possam alterar o patrimônio da entidade.

53

Considere a situação hipotética em que a União faz uma doação de um bem imóvel a um ente municipal. O bem deve ser baixado pela União e incorporado pelo Município.

Para o adequado registro dessa transação, à luz do PCASP, as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD) devem ser:

- (A) excluídas na consolidação de cada ente;
- (B) excluídas na consolidação nacional;
- (C) incluídas somente na consolidação nacional;
- (D) registradas com o dígito 1 (consolidação) no 5º nível somente no ente recebedor;
- (E) registradas de forma dedutiva à conta do bem objeto da transferência.

54

Um dos esforços da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) situa-se em torno de parâmetros para gestão responsável da dívida pública.

À luz das disposições da LRF, os entes públicos devem observar que, se o limite de endividamento for ultrapassado no segundo quadrimestre do exercício e enquanto perdurar o excesso:

- (A) o ente deverá limitar empenho e gerar resultado fiscal nominal acima da meta para reduzir a dívida;
- (B) o ente deverá revisar a programação financeira e o cronograma de desembolso do exercício;
- (C) o ente estará proibido de realizar operação de crédito, inclusive por antecipação de receita, mas há ressalvas;
- (D) o limite deverá ser reconduzido integralmente até o final do exercício, no caso de último ano de mandato;
- (E) será vedado o refinanciamento de dívida, inclusive quando se destinar a pagamento de dívida mobiliária.

55

A elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é obrigatória para todos os entes da federação, conforme previsão constitucional e detalhamento em legislação complementar.

Em termos de informações sobre a previsão e execução da receita orçamentária, os anexos do RREO proveem detalhamento sobre:

- (A) receitas destinadas aos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos;
- (B) receitas efetivas e decorrentes de mutação patrimonial;
- (C) receitas orçamentárias e extraorçamentárias;
- (D) receitas ordinárias e vinculadas;
- (E) receitas por categoria econômica e fonte.

56

Ao analisar documentos e arquivos que compunham a prestação de contas de um ente municipal referente a um determinado exercício, um analista de controle verificou que o ente havia ultrapassado o limite da despesa total com pessoal no último quadrimestre do referido exercício.

Porém, o analista não localizou nos arquivos enviados informações relativas à indicação das medidas corretivas adotadas pelo ente para recondução da despesa ao limite, que deveriam constar especificamente no:

- (A) anexo de riscos fiscais;
- (B) demonstrativo da execução das despesas por categoria econômica;
- (C) relatório de gestão fiscal;
- (D) relatório resumido da execução orçamentária;
- (E) rol de notas explicativas ao balanço orçamentário.

57

A contabilização de itens de caixa e equivalentes de caixa nas entidades do setor público devem observar a normatização contábil vigente, utilizando principalmente os aspectos conceituais da NBC TSP 12 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Um analista designado para a gestão de itens de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade deve observar que:

- (A) disponibilidades financeiras em moeda estrangeira devem ser convertidas pela taxa de câmbio média do período;
- (B) equivalentes de caixa são mantidos para atender a compromissos de caixa ou para investimento;
- (C) instrumentos patrimoniais de outras entidades são equivalentes de caixa se resgatáveis dentro do exercício;
- (D) saldos bancários negativos são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa;
- (E) um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa se tiver vencimento mínimo de noventa dias.

58

Uma entidade pública municipal recebeu a doação de um conjunto de móveis (mesas, cadeiras, armários e estantes) de uma entidade privada.

Para os devidos registros contábeis desses bens, à luz das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a entidade deverá mensurá-los pelo:

- (A) valor de uso estimado;
- (B) critério do valor do conjunto;
- (C) valor de reposição depreciado;
- (D) valor equivalente de bens similares;
- (E) valor justo na data de sua aquisição.

59

Um desafio que tem se mostrado cada vez mais relevante para as entidades públicas diz respeito à gestão de ativos intangíveis. Trata-se de um assunto contábil recente no âmbito da administração pública.

Ao abordar a perspectiva de amortização e vida útil de ativos intangíveis, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) orienta que:

- (A) a entidade não deve presumir que o valor residual de um ativo intangível com vida útil definida é zero;
- (B) a vida útil de um ativo intangível que não é amortizado dispensa revisão periódica;
- (C) devido à sua natureza, a redução ao valor recuperável de ativos intangíveis não é passível de reversão;
- (D) o método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida deve ser revisado ao menos ao final de cada exercício;
- (E) o principal direcionador da amortização de um ativo intangível com vida útil indefinida é a redução do seu valor justo.

60

No conjunto dos seus itens classificados no Ativo Imobilizado, uma entidade pública tinha dois ativos para os quais houve indicação de possibilidade de redução ao valor recuperável em 31/12/20x2, conforme descrição a seguir.

Característica	Ativo I	Ativo II
Ativo gerador de caixa	Sim	Não
Custo de aquisição	R\$ 237.000,00	R\$ 307.000,00
Depreciação acumulada	R\$ 118.500,00	R\$ 214.900,00
Valor justo	R\$ 114.000,00	R\$ 90.000,00
Despesas de venda	R\$ 4.400,00	R\$ 3.900,00
Valor em uso	R\$ 123.000,00	R\$ 81.000,00

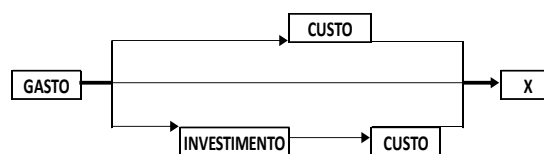
Os ativos não têm saldo de reserva de reavaliação nem de perdas acumuladas com redução ao valor recuperável.

Na apuração do resultado patrimonial da entidade para o exercício de 20x2, a soma da despesa com redução ao valor recuperável, considerando esses dois ativos, é de:

- (A) R\$ 6.000,00;
- (B) R\$ 8.900,00;
- (C) R\$ 11.100,00;
- (D) R\$ 14.900,00;
- (E) R\$ 20.000,00.

61

A figura a seguir é baseada nos conceitos da terminologia básica de custos, tomando-os como fases de um ciclo.



O conceito representado por X na figura, conforme o Manual de Informações de Custos do Governo Federal, refere-se a:

- (A) ativo;
- (B) perda;
- (C) passivo;
- (D) despesa;
- (E) desembolso.

62

No início do segundo ano do seu mandato, o prefeito de um Município e seu vice renunciaram ao cargo conjuntamente. Em decorrência disso, o presidente da Câmara Municipal assumiu a Prefeitura. Como era de outro grupo político, propôs a elaboração de um novo orçamento para aquele exercício, uma vez que o orçamento aprovado tinha sido elaborado pelos gestores que haviam renunciado. Porém, a equipe técnica de planejamento do Município alertou sobre a necessidade de respeitar o princípio da:

- (A) exclusividade;
- (B) não vinculação;
- (C) programação;
- (D) unidade;
- (E) universalidade.

63

Embora na proposta de lei orçamentária anual, em geral, as receitas sejam estimadas e as despesas autorizadas, há casos de ingressos que só podem ser incluídos como receitas quando especificamente autorizados pelo Poder Legislativo.

Conforme as disposições da Lei nº 4.320/1964, um exemplo desse ingresso tem origem em:

- (A) amortização de empréstimos;
- (B) operação de créditos;
- (C) operações extraorçamentárias;
- (D) recursos vinculados;
- (E) transferências constitucionais.

64

Um ente municipal criou e mantém uma fundação pública que tem como objetivo a prestação de assistência social a migrantes e refugiados, que são recorrentes no Município em decorrência da sua posição geográfica.

As receitas e despesas relativas às atividades fim da fundação devem ser apresentadas na proposta de lei orçamentária anual como:

- (A) benefícios de prestação continuada;
- (B) despesas extraordinárias;
- (C) direitos individuais, coletivos e difusos;
- (D) orçamento da seguridade social;
- (E) orçamento fiscal.

65

Os créditos adicionais são um instrumento utilizado para autorizar despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária anual. Há diferentes tipos de créditos adicionais que dependem inicialmente da finalidade e motivação para sua abertura e estão sujeitos a regras específicas.

A necessidade de indicação de recursos disponíveis é uma condição para:

- (A) abertura de créditos adicionais especiais e extraordinários;
- (B) execução de créditos abertos com reserva de contingência;
- (C) execução de créditos adicionais suplementares;
- (D) prorrogação da vigência de créditos extraordinários;
- (E) suplementação de despesas com dotação insuficiente.

66

Para possibilitar a consistência e a comparabilidade dos instrumentos de planejamento público no Brasil, estes têm estrutura básica de conteúdo legalmente definidos. Além do conteúdo previsto para o texto principal da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a legislação exige a inclusão dos anexos de metas fiscais e de riscos fiscais.

Na elaboração do anexo de riscos fiscais, a entidade deve apresentar:

- (A) estimativa de impacto dos riscos identificados nas metas fiscais;
- (B) informações do exercício anterior para fins comparativos;
- (C) memória de cálculo para identificação de passivos contingentes;
- (D) metodologia de identificação e avaliação dos riscos;
- (E) opções estrategicamente escolhidas para enfrentar os riscos.

67

Com o objetivo de promover capacitação de professores da rede estadual em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, o governo de um ente estadual lançou o programa “Professores Mestres e Doutores”. O programa prevê a celebração de convênios e concessão de bolsas por um período de quatro anos e tem como produto o aumento percentual de professores qualificados e, como medida de impacto, espera-se maior qualidade na formação dos alunos atendidos pela rede estadual.

À luz das categorias de classificação legalmente previstas para a despesa pública, tal programação de despesa:

- (A) atende aos critérios de classificação como atividade, pois gera produto para a manutenção da ação governamental;
- (B) deve ser obrigatoriamente custeada com receitas vinculadas para aplicação na área de educação;
- (C) em termos de modalidade de aplicação, pode ser tratada como uma transferência ou aplicação direta;
- (D) na estrutura programática se enquadra como um projeto, cujo produto concorre para aperfeiçoar a ação pública;
- (E) sob a perspectiva na categoria econômica do gasto, deve ser classificada como um investimento.

68

A apuração da receita corrente líquida (RCL) prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal consiste basicamente no somatório das receitas correntes, do qual são deduzidos valores que têm destinação definida por lei.

Na apuração da receita corrente líquida de um Município, está sujeita a essa dedução a origem de receitas:

- (A) tributárias;
- (B) de contribuições;
- (C) patrimoniais;
- (D) extraorçamentárias;
- (E) de transferências voluntárias.

69

Considere os casos a seguir ocorridos durante o exercício financeiro de 20x2 em um determinado ente público:

Situação	Descrição
I	Um servidor recebeu um suprimento de fundos (adiantamento) de R\$ 2.300,00 para uma viagem, que foi devidamente processado. Porém, houve gasto adicional de R\$ 700,00, que não foi processado no exercício do fato gerador.
II	Uma despesa de R\$ 23.000,00 com manutenção de computadores foi empenhada, mas o prestador do serviço ainda estava com pendências referentes a obrigações tributárias no final do exercício.
III	Uma despesa de R\$ 7.000,00 com manutenção de um sistema de refrigeração foi empenhada, o serviço foi devidamente prestado, porém, por erro no cadastramento do prestador de serviço, não foi totalmente liquidada até o final do exercício.
IV	Uma despesa de R\$ 7.900,00 com diárias foi empenhada, liquidada e paga em 31/12/20x2.
V	Uma despesa de R\$ 230.000,00 com aquisição de equipamentos hospitalares foi empenhada, os equipamentos foram entregues e o fornecedor atendeu às formalidades exigidas para a liquidação da despesa que ocorreu em 30/12/20x2.

O valor a ser inscrito como restos a pagar no encerramento do exercício é de:

- (A) R\$ 260.000,00;
- (B) R\$ 260.700,00;
- (C) R\$ 268.600,00;
- (D) R\$ 270.200,00;
- (E) R\$ 270.900,00.

70

O estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso por parte dos entes públicos foi previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal com o objetivo de subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária e da gestão fiscal.

Conforme disposições legais, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de um Município devem ser estabelecidos:

- (A) após a abertura da sessão legislativa;
- (B) até trinta dias após a publicação da lei orçamentária;
- (C) em prazo definido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) individualmente para os poderes Executivo e Legislativo;
- (E) junto com a proposta de lei orçamentária anual.

71

Um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal é a realização de audiências públicas.

A realização dessas audiências tem caráter obrigatório para os entes municipais:

- (A) durante os processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento;
- (B) no primeiro ano de mandato para compatibilizar o orçamento com o plano de governo;
- (C) para aprovação dos investimentos prioritários em cada exercício financeiro;
- (D) para avaliação do cumprimento das metas fiscais ao final de cada bimestre;
- (E) para prestação de contas ao final de cada ciclo de execução orçamentária.

72

Os órgãos e entidades obrigados a cumprir a Lei de Acesso à Informação deverão criar Serviço de Informações ao Cidadão (SIC). Em relação aos objetivos e competências do SIC, analise os itens a seguir.

- I. orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II. autorizar a tramitação de documentos nas unidades;
- III. registrar pedidos de acesso à informação;
- IV. definir o nível de acesso reservado a uma informação processada pelo órgão.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) I e III;
- (C) I e IV;
- (D) II e III;
- (E) III e IV.

73

Por diversos motivos, as organizações precisam de estruturas e processos eficazes para permitir o atingimento dos objetivos. Essas estruturas envolvem mecanismos de governança e gerenciamento de riscos, que são também abordados no modelo das Três Linhas 2020 do *Institute of Internal Auditors* (IIA).

No contexto desse modelo, analise os itens a seguir.

Papel I	fornecimento de assistência no gerenciamento de riscos
Papel II	avaliação e assessoria independentes e objetivas sobre questões relativas ao atingimento dos objetivos
Papel III	entrega de produtos e serviços aos clientes da organização, incluindo funções de apoio

São papéis de 1ª, 2ª e 3ª linha, respectivamente:

- (A) I, III e II;
- (B) II, I e III;
- (C) II, III e I;
- (D) III, I e II;
- (E) III, II e I.

74

As Normas Internacionais para o Exercício Profissional da Auditoria Interna orientam que os auditores internos devem adotar uma atitude imparcial e isenta e evitar qualquer conflito de interesses. O conflito de interesses é uma situação na qual um auditor interno, que esteja em uma posição de confiança, tenha um interesse profissional ou pessoal conflitante.

Esse tipo de conflito:

- (A) deve resultar em alteração do escopo de trabalho, se for considerado significativo;
- (B) é caracterizado apenas quando resultar em ato antiético ou impróprio;
- (C) pode dificultar que o auditor interno execute suas funções com imparcialidade;
- (D) tem efeito limitado sobre a habilidade do auditor de executar suas funções e responsabilidades objetivamente;
- (E) tende a ser mais recorrente quanto maior for o tempo de exercício do auditor interno na sua função.

75

A NBASP 200 (ISSAI 200) - Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira define auditorias de demonstrações financeiras como trabalhos de asseguarção, que envolvem pelo menos três partes distintas.

Ao planejar um trabalho de auditoria financeira à luz dessa norma, um auditor deve considerar que:

- (A) a opinião do auditor pode ser expressa no relatório de forma negativa, tal como “nada chegou ao nosso conhecimento...”;
- (B) a posição e o desempenho financeiro da entidade auditada são apurados após a emissão do relatório do auditor;
- (C) o nível de asseguarção pode ser definido como razoável ou limitado;
- (D) o papel de principal usuário previsto é assumido pela entidade auditada;
- (E) o termo “informações sobre o objeto” refere-se ao resultado da avaliação ou mensuração do objeto.

76

Os trabalhos de auditoria operacional devem ser planejados tendo em vista o potencial de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão da organização e para o atingimento dos seus objetivos, à luz de princípios tratados na NBASP 300 (ISSAI 300). Um trabalho com o objetivo de avaliar a relação entre recursos empregados e produtos entregues em termos de quantidade, qualidade e tempestividade deve ter como foco o princípio da:

- (A) eficácia;
- (B) eficiência;
- (C) efetividade;
- (D) economicidade;
- (E) produtividade.

77

No contexto das auditorias de conformidade, a NBASP 400 (ISSAI 400) recomenda que os auditores devem monitorar os casos de não conformidade quando apropriado.

Em geral, esse processo de monitoramento:

- (A) deve assegurar o caráter reservado das informações enquanto o processo não for concluído e o relatório emitido;
- (B) independe da natureza do objeto e da não conformidade identificada;
- (C) pode fazer parte da avaliação de risco do ano subsequente, nos casos de auditorias regulares;
- (D) tem foco em prover feedback ao auditor para futuro planejamento de auditoria;
- (E) tem validade se houver a emissão de relatórios ou decisões judiciais legalmente vinculantes.

78

Uma entidade recebeu uma denúncia relativa a um possível uso irregular de recursos públicos em uma viagem a serviço feita por dois servidores. O gestor do órgão solicitou à instância de auditoria interna que fizesse um exame dos relatórios de viagem apresentados pelos servidores, com os devidos documentos comprobatórios.

Nesse trabalho, uma técnica adequada é o(a):

- (A) inspeção;
- (B) inquérito;
- (C) investigação;
- (D) correlação;
- (E) conferência.

79

Quando uma opinião de auditoria é utilizada para transmitir o nível de asseguração, a opinião deve ser em um formato padronizado.

Ao tratar da opinião do auditor, a NBASP 100 (ISSAI 100) - Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público define que:

- (A) uma opinião qualificada (exceto por) pode ser considerada não modificada se os efeitos não forem relevantes;
- (B) uma opinião não modificada pode ser usada somente quando o nível de asseguração for razoável;
- (C) recomendações para sanar deficiências de controle interno não devem ser incluídas no relatório de opinião do auditor;
- (D) a opinião modificada pode ser expressa pela emissão de um relatório com abstenção;
- (E) a emissão de relatório com opinião modificada faculta a apresentação da natureza e a extensão da modificação.

80

A amostragem por unidade monetária é uma técnica geralmente usada em auditorias financeiras.

Ao considerar o uso dessa técnica em trabalhos de auditoria, para que ela contribua para o êxito do trabalho planejado, deve-se observar que:

- (A) apresenta limitações quando o objetivo da auditoria é a verificação da fidedignidade dos registros contábeis;
- (B) exige o prévio conhecimento da variância dos valores que compõem uma população;
- (C) não possibilita estimar o montante monetário de uma dada população;
- (D) se baseia, entre outras informações, na proporção máxima de erros admitidos na população;
- (E) se trata de uma técnica por atributo baseada em distribuição binomial.

DISCURSIVA - REDAÇÃO

Textos Motivadores

Francis Bacon escreveu: “Considere qualquer pessoa a vastidão da diferença entre a vida dos homens em algumas das nações mais civilizadas da Europa e na região mais bárbara e selvagem da Nova Índia. Ela concluirá que diferem a tal ponto que se pode justificadamente afirmar que ‘o homem é um Deus para o homem’, não apenas devido à assistência e ao benefício, mas também no contraste de suas condições. E isso se deve não ao solo ou ao clima ou às qualidades corporais, mas ao engenho”.

Já Samuel Johnson declarou sobre o mesmo tema: “Embora a perseverança e a agilidade de um indígena despertem nossa admiração, tais atributos, no entanto, não são capazes de fornecer a ele as comodidades que são desfrutadas por um mendigo erradio numa nação civilizada”.

Vários filósofos, escritores, políticos, historiadores já destacaram, desde sempre, o fato da enorme diferença econômica e social entre os povos da Terra. Será essa uma condenação eterna ou, em algum momento da História, esse panorama poderá alterar-se?

Escreva o que você pensa sobre o assunto em um texto dissertativo-argumentativo, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em linguagem culta, utilizando argumentos convincentes na defesa de seus pontos de vista.

Valor: 20 pontos

RASCUNHO - DISCURSIVA - REDAÇÃO

1

5

10

15

RASCUNHO

20

25

30

Realização

